

# **ANÁLISE GEOGRÁFICA DE UMA PROPRIEDADE QUILOMBOLA: Uma discussão sobre etnografia, produção e espaço**

Nathan Zanzoni Itaborahy<sup>1</sup> e  
Tiago Bustamante Teixeira<sup>2</sup>

## **INTRODUÇÃO**

O Brasil tem uma característica muito interessante e rica no que diz respeito a suas raízes étnicas. É uma nação com uma miscigenação diferenciada de qualquer outra, oriunda dos meandros de uma história bem peculiar. Por aqui, com cultura milenar, os índios representavam uma etnia com caráter próprio, relação diferenciada com a natureza, crença e cores bem peculiares. Sendo assim, tem grande contribuição no processo de formação do povo num todo, culturalmente e hereditariamente.

Com a chegada dos europeus colonizadores, sobretudo, os portugueses, a etnia indígena se desfez em parte, por uma imposição territorial, ideológica e cultural. Consigo tais colonizadores, após processo similar na África, trazem negros africanos com o intuito de explorar a mão-de-obra destes, e retirar da nova colônia (Brasil) toda matéria-prima e metais, necessários para o enriquecimento do seu país de origem. Assim reforça Darcy Ribeiro (1995):

Apesar do seu papel como agente cultural ter sido mais passivo que ativo, o negro teve uma importância crucial, tanto por sua presença como a massa trabalhadora que produziu quase tudo que aqui se fez, como por sua introdução sorradeira mas tenaz e continuada, que remarcou o amálgama racial e cultural brasileiro com suas cores mais fortes (RIBEIRO, 1995, p. 114)

Fez-se assim, um grande processo de injustiça, no qual os escravos africanos aparecem como grande ator passivo, subordinados à dominação eurocêntrica. Trabalhavam grande parte do dia, com alimentação e condições de vida desumanas.

Esta situação gera um grande conflito social, que por sua vez gera alguns frutos e manifestações, dentre as quais podemos citar a própria capoeira, manifestações religiosas, e as grandes fugas por uma vida digna, longe dos colonizadores ou grandes agricultores da época. Tais fugas tinham como destino lugares afastados, com condições para uma vida descente e ao mesmo tempo, estratégicos, para proteção de sua territorialidade.

Nascem os Quilombos, não só como um simples local, mas um espaço cultural, de vitórias, de resistência, de vida digna. Traçam consigo uma História contra a história, tentam reacender sua marcante cultura africana e desenvolvem uma relação social muito específica, assim como uma relação com o espaço de vivência, com cultivos e técnicas peculiares, criando a

---

1. Gestor Ambiental e Graduando de Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora

2. Graduando de Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora

chamada “identidade quilombola”.

Contudo, com o desenvolvimento e integração das cidades, foi inevitável a troca de influências entre o quilombo e as mesmas, muitas vezes uma troca desigual devido a pressão gerada pelo sistema capitalista, reforçada através dos efeitos da globalização. Com isso, houve uma transformação, não só da “identidade quilombola” como do quilombo em si, gerando uma situação muito diferenciada e particular nos diferentes quilombos, passando então a ser inviável a generalização de tais situações em um único conceito carregado de um pré-conceito histórico.

Surge então a discussão e o processo de ressemantização do conceito de Quilombo, tendo como pano de fundo a publicação na Constituição Federal de um item e um artigo que se referiam à quilombos:

Frente a esses fatos e outros ainda a serem considerados, a luta negra no campo apenas começa. As perguntas são muitas e algumas registram-se aqui, para que suscitem novas reflexões. Poderá a legislação ordinária que deve regulamentar disposições transitórias (na qual se insere o art. 68) superar o limite contido na noção de quilombo?

Poderá a legislação vigente garantir aos grupos negros, seus territórios? (GUSMÃO apud RATTIS, 2000, p.317)

A política de regularização de territórios quilombolas está descrita a seguir:

“Para acessar a política de regularização de territórios quilombolas, as comunidades devem encaminhar um declaração na qual se identificam enquanto comunidade remanescente de quilombo à Fundação Cultural Palmares, que expedirá uma Certidão de Auto-reconhecimento em nome da mesma. Devem ainda encaminhar a Superintendência Regional do INCRA em seu estado uma solicitação formal de abertura dos procedimentos administrativos visando a regularização. A regularização do território tem início com um estudo da área, destinado a elaborar um Relatório Técnico que identifica e delimita o território da comunidade. Uma vez aprovado este relatório, o Incra publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola. A fase final do procedimento corresponde à regularização fundiária, com a desintração de ocupantes não quilombolas mediante a desapropriação e/ou pagamento das benfeitorias e a demarcação do território. Ao final do processo, é concedido o título de propriedade à comunidade, que é coletivo, pro indiviso e em nome da associação dos moradores da área, e feito seu registro no cartório de imóveis.” (INCRA, 2008)

A Fundação Palmares classifica tais comunidades dessa forma:

As denominações quilombos, mocambos, terra de preto, comunidades remanescentes de quilombos, comunidades negras rurais, comunidades de terreiro são expressões que designam grupos sociais afro-descendentes trazidos para o Brasil durante o período colonial, que resistiram ou, manifestamente, se rebelaram contra o sistema colonial e contra sua condição de cativo, formando territórios independentes onde a liberdade e o trabalho comum passaram a constituir símbolos de diferenciação do regime de trabalho adotado pela metrópole. (PALMARES, 2008)

A Comunidade de São Pedro de Cima Localizada na região da Zona da Mata Mineira (sudeste do Estado, fazendo divisa com os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo),

microrregião de Muriaé, entre as Serras do Caparaó e do Brigadeiro e tendo como vias principais de acesso a BR-116 e a MG-265, está o município de Divino, limítrofe (entre outros) aos municípios de São João do Manhuaçu, Orizânia, Espera Feliz, Caparaó e Carangola, e se configura até a data deste trabalho somente pela Fundação Palmares como Comunidade Remanescente das Populações Quilombolas, o que é bem evidenciado na FIGURA 1, mostrando uma placa na comunidade.



FIGURA 1 – Placa em São Pedro afirmando o registro como Remanescente quilombola. Por: Nathan Itaborahy

Sintuando-se em uma área intramontana (como já explicitado) entre as serras do Brigadeiro e do Caparaó, a comunidade de São Pedro de Cima possui encostas convexas, com afloramentos rochosos configurando as elevações das serras. Há um vale em forma de manjedoura, com presença de terraços fluviais e meandramento do rio que configura as bordas do relevo. Há, ainda, a presença de dois estratos litológicos: um mais alto, que apresenta afloramentos cristalinos e formas abruptas, e um mais baixo, que possui um capeamento sedimentar e formas colinares. A vegetação é classificada como estacional semidecidual e se constitui basicamente de campos rupestres, devido ao intenso afloramento rochoso e matas que possuem árvores de baixo porte, por causa do solo raso, e campos rupestres provocados pela plantação de café (ARAÚJO, 2007). A mesma autora (ARAÚJO, 2007) chama atenção para alguns impactos ambientais como o “efeito de borda” e o aparecimento de ravinas (erosão), ocasionados pela obra de um minerioduto na região.

Tal comunidade vive atualmente um processo de “requilombamento” (CARNEIRO, 2008), estratégia política e territorial (dos negros), que galga uma reafirmação cultural dos quilombolas, tal qual uma reafirmação espacial (territorial), visto que as áreas da comunidade vêm sendo ocupadas aos poucos pelos produtores do café (normalmente brancos e de origem urbana).

Entre os marcos que (mu)moldaram o modo de vida e o espaço de São Pedro cita-se, primeiramente, a já colocada influência da produção do café e sua territorialização mais que necessária, e, por segundo, o grande efeito da chegada da Igreja Católica à região, que ao moldar as relações sociais e culturais (aqui envolvendo a dos cultos, magias e religiosidade) acaba por reproduzir um espaço diferenciado, baseado em relações de poder que outrora não se faziam.

Visto todo este contexto etnográfico, histórico e geográfico cujo São Pedro se situa, o objetivo deste trabalho é a análise das relações da sociedade local entre si e com o meio ambiente, assim como a identificação de relações específicas com o espaço de vivência, objetos de estudo da Ciência Geográfica, contemplando a territorialidade, o apego ao lugar e a identificação de possíveis conflitos.

A partir da análise pode-se fazer propostas que potencializem as relações sustentáveis com o meio (normalmente herança da raiz quilombola), inclusive trazendo o exemplo para a aplicação em outras áreas, além da tentativa de amenizar ou mitigar possíveis conflitos e degradações já visíveis na comunidade, no que pode se incluir também a questão cultural.

## **1 METODOLOGIA**

Um primeiro momento aponta para um levantamento bibliográfico sobre diversas conceituações dos termos-chave, inerentes à teoria e os métodos em Geografia, que além de lugar e território, levanta temáticas como a paisagem, região, redes, espaço dentre outras.

Com subsídios para estruturação de uma pesquisa de campo, esta se fez através de observações participativas, com algumas entrevistas semi-estruturadas em profundidade, na tentativa do levantamento de questões essenciais para a compreensão do modo de produção do espaço de uma comunidade quilombola, ou seja, a identificação de fenômenos sociais e espaciais, relacionando assim, resistências culturais associadas a lugar, território e territorialidade. Cabe à Geografia estudar os fenômenos em suas distribuições espaciais e suas diversas correlações (FERREIRA; SIMÕES, 1986) e aos pesquisadores da área, reafirmar tal perspectiva.

As análises espacial, ambiental e territorial, permitiram conclusões sobre questionamentos colocados em aula e comparações com diferentes aplicações destes conceitos, logicamente, em conceitos diferentes, inclusive temporalmente.

Para que estas análises se tornassem possíveis, fez-se uso de técnicas de etnografia, um levantamento etnográfico rápido, no qual os pesquisadores ficaram alojados nesta comunidade por dois dias, período este, que sem dúvida foi de extrema importância para a realização do trabalho.

Aos estudantes do curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora foi proposta uma atividade prática de campo, para a disciplina de “Geografia Agrária”, cujo objetivo era mostrar a campesinidade quilombola, a aproximação da capitalização da terra e da produção campesina, das novas formas de territorialidades, dentre outros fenômenos. Para tal, a turma foi dividida em várias duplas, as quais conviveram com os quilombolas durante dois dias, trabalhando as perspectivas propostas.

A partir desta visita, podem-se contemplar vários aspectos que se mostraram coerentes ao que fora proposto, como por exemplo: as relações de afinidade que esta comunidade mantém com seu lugar e posterior território, as formas de apropriação da terra, as técnicas que são utilizadas para o cultivo da terra, e, por conseguinte, as noções de sustentabilidade propostas por (empiricamente) e para esta comunidade.

Portanto, deve-se ater a estas questões, que são fundamentais para o desenvolvimento e futura conclusão do trabalho.

Num momento que provavelmente se consolida após o trabalho de campo e as discussões respectivas, um direcionamento técnico poderá se fazer, com intuito de auxiliar os comunas em

algumas questões ambientais e sociais, cumprindo com o propósito social-geográfico de um mundo melhor para todos e em todos os sentidos.

## **2 PRODUÇÃO E GEOGRAFIA**

A partir da concepção, objetivos e métodos do trabalho concebidos, descreve-se agora, através da perspectiva da Geografia Agrária, a experiência na comunidade, ressaltando os aspectos mais importantes no que tange à produção no campo dos moradores como um agente delimitador de organizações espaciais.

### **2.1 O dia na propriedade**

O trabalho de campo se fez de forma bem interessante: convivemos quase um dia com os moradores de uma propriedade em São Pedro de Cima para levantamento das questões.

A chegada foi por volta das 21 horas, com uma recepção calorosa, uma apresentação, servindo café e estabelecendo uma primeira conversa, na qual algumas questões já foram percebidas e anotadas. A conversa durou até cerca de vinte duas horas e trinta minutos. Tendo em mãos algumas relevâncias, a dupla começou a desenvolver algumas idéias. Logo após, dormiu em um quarto separado pela família (que inclusive o arrumou, colocando novas roupas de cama, demonstrando grande hospitalidade).

Por volta das cinco horas e trinta minutos acordamos, constatando que a família já se encontrava acordada. Foi nos servido um café com biscoito de polvilho (feito e frito por eles) e pão de forma (industrializado), hábito não tão comum à eles já que almoçam por volta das nove horas da manhã. Após este, a dupla saiu juntamente com o patriarca da família, para um passeio pela propriedade.

Durante o passeio foram contatadas relevâncias sobre a produção agrícola, relações familiares, relações com a vizinhança, possíveis conflitos, dentre outros questionamentos.

Às nove horas o grupo retorna a casa para o almoço, que é servido por volta das dez horas (desfrutando de arroz, feijão, alface, lombo, frango frito, macarrão e como sobremesa doce de mamão com queijo).

Conversas foram desenvolvidas sobre a propriedade e produção até cerca de treze horas, quando outra dupla de pesquisadores chegou (Thaís e Sandro, que estudavam a propriedade de primos dos habitantes da propriedade pos nós estudada) para uma breve visita. As conversas se fizeram novamente presentes (desta vez sem o pai da família), além de um pequeno passeio aos arredores da casa, cujo intuito foi a observação da sistemática da produção, diversidade dos cultivos, qualidade, dentre outros.

Com a saída da outra dupla (Thaís e Sandro), os pesquisadores saíram por volta das quinze horas, para uma visita aos parentes da família que moram nas proximidades, e um último passeio pela propriedade. Na volta, por volta das dezesseis horas, foram averiguados os equipamentos e produtos utilizados nas lavouras.

Por volta das dezessete horas, a dupla encerrou seus trabalhos na propriedade, destinando-se ao centro da comunidade.

## **2.2 A Família Pereira Silva**

A família Pereira Silva é formada por seis membros: o pai José Pereira; a mãe Lenir Pereira Silva; a filha mais velha Glauciene, dezoito anos, que no momento mora em outra cidade (Carangola), onde cursa pedagogia; o filho Glaucilei, dezesseis anos, que estuda na comunidade (cursando o primeiro ano do ensino médio); a filha Juciene, quinze anos, que também estuda em São Pedro de Cima; além da caçula Luana, doze anos, na mesma situação dos dois últimos.

Senhor José Pereira é parente dos criadores dos quilombos, no entanto este presente trabalho procurou não se apegar as questões históricas, associando a etnografia somente a questões como relações das sociedades humanas locais e às formas de produção delas.

Substancialmente, trabalham nas lavouras da propriedade, o pai e o único filho homem, sendo que a mãe cuida das questões da casa propriamente dita e as filhas além de a ajudarem, por vezes auxiliam no serviço na época das colheitas (época da presente pesquisa).

## **2.3 A produção familiar e relações campesinas**

A produção se faz de modo bem diverso: Três “cargos chefes” da produção, o café, o milho e o feijão (com uma ênfase no café, pela maior quantidade, associada ao clima e solo favoráveis e pela maior rentabilidade); além de plantar diversas frutíferas, leguminosas, verduras, dentre outras, caracterizando uma policultura. Esta é acrescida à criação de porcos e um galo (não criando mais pelos animais advindos das matas nativas próximas da propriedade, que atuam como predadores). Uma ressalva interessante se faz, quando observado que a criação dos suínos se deve (no caso específico da família) não a alimentação, e sim a uma resguarda financeira (ele não carece de investimentos e funciona como objeto de troca ou venda no caso de necessidade, como uma doença na família).

A família utiliza em sua alimentação produtos da propriedade, sendo que uma parte do excedente é trocada entre a comunidade de São Pedro, por produtos como o arroz, óleo entre outros, e levada a um armazém (sobretudo o café e o feijão), onde há a venda ou troca por produtos. Este costume chama a atenção pela prática do escambo intra-comunitário e pelo fato de que na safra do café, são trocadas grandes quantidades de óleo e arroz com intuito de armazenamento para o ano inteiro, fato que atentou a dupla para uma tendência contra a atual (principalmente urbana), que é de um tempo/ciclo mais lento de renovação de alimentos, obedecendo, principalmente, o ano como unidade.

O próprio fato da policultura de subsistência e pouco excedente já remete a uma tendência diferente da averiguada na maioria do campo brasileiro, bem lembrada por Stédile (1997), que explana sobre a situação fundiária no país.

Na produção há presença massiva do consórcio de culturas, como café - milho – feijão ou, café – milho, envolvida sempre com frutíferas e outros tipos de espécies vegetais.

A família utiliza na produção do café um fertilizante (adquirido no armazém) e eventuais venenos (FIGURA 2), a exemplo do “round up”. No entanto, paira sobre a perspectiva da agricultura natural. Utilizam alguns equipamentos como semeador de feijão e aplicadores de fertilizante (FIGURAS 2 e 3).

Constataram-se algumas formas de modificação dos produtos do campo na propriedade, como o moinho de milho, o torrador de café, dentre outros. A perspectiva da agregação de valor no campo aparece como forma interessante de combate aos mínimos pagamentos pelos produtos e como associação entre moradores (apontando talvez, para o formato de cooperativas).



FIGURA 2 e FIGURA 3 – Equipamentos usados na produção agrícola pelos moradores da propriedade.  
Por: Nathan Itaborahy

Assim como sua produção, a dieta familiar é bem diversa, sendo a grande maioria dos produtos artesanais/caseiros (a exemplo de bolos, pó de café e maionese). Há presença de produtos artesanais como balaies e peneiras utilizados nas colheitas e preparação dos grãos.



FIGURA 4 – Peneiras de palha produzidas pelos próprios moradores. Por: Nathan Itaborahy

Além de trabalhar em sua propriedade, José Pereira dá assistência a terras de um proprietário da cidade (“patrão”), onde realiza a prática da “terça”, com a qual dois terços da produção se destinam ao trabalhador da terra (no caso José) e o outro terço ao dono da terra.

Outra prática que merece grande olhar é o “troca-dia”, que se caracteriza por uma troca de serviços, na qual um trabalhador oferece serviços na terra de outro por um dia, tendo como pagamento os serviços do outro trabalhador por um dia em suas terras.

José Pereira chamou a atenção por trabalhar com diversas agriculturas e construir casas (com madeira oriunda da mata nativa que preserva em suas terras), das quais ele também realiza a parte hidráulica e elétrica. Tal fato levou o grupo a uma percepção que vai contra a tendência “pós-fordista” da especialização do trabalho, e também contra a tendência de desmatamento dos fragmentos nativos em favor da agricultura.

É visível também a prática de algumas técnicas agrícolas interessantes: O uso das folhas de café para evitar a erosão nas ruas de café e nutrir o solo, tal qual o uso da palha do feijão nas lavouras do mesmo, o consórcio de café e milho com o feijão (que como uma leguminosa, age nitrogenando o solo, explicitado na FIGURA 5) a plantação de bananeira como quebra-vento, a utilização de valas para escoamento de água e contra erosão, dentre outras práticas.



FIGURA 5 – O plantio de café, milho e feijão. Por: Nathan Itaborahy

Estas práticas nos remetem as mesmas utilizadas atualmente como estratégia de resistência campesina pelo Movimento dos Sem Terra, em uma concepção agroecológica, que prega o plantio diverso e a sustentabilidade dos cultivos, como aponta Mônica Cox (2007), que coloca a agroecologia como um diálogo entre a questão agrária e ambiental. No entanto, este conhecimento foi adquirido na própria terra, com a vivência, apontando para uma abordagem empírica que é passada de geração em geração, e é uma forma de produção (de espaço) e quilombola.

Deve-se, apesar de tudo, apontar um processo que preocupou o grupo: o dono do armazém que a família e outras vizinhas vendem seus produtos tem terras na região, provavelmente conquistadas com pagamento de dívidas adquiridas em seu estabelecimento. Assim, as famílias criam uma dependência com o proprietário, que vai crescendo a área deste de cultivo na comunidade, desenvolvendo formas diferentes de produção e relação com o lugar, além de lucrar ferozmente à custa de muito trabalho campesino.



### 3 DISCUSSÃO DOS CONCEITOS E APLICABILIDADES

Após uma discussão sobre os termos chave da Ciência Geográfica, tais como lugar, território, redes, região, espaço, dentre outros, em sala de aula (disciplina de Introdução à Ciência Geográfica), cabe aqui um levantamento da posição dos autores sobre “lugar” e “território”, o qual precede a tentativa de vislumbrar aplicabilidades destes posicionamentos na área estudada.

#### 3.1 O Lugar

A conceituação de lugar assim como a de vários outros conceitos-chaves da Geografia, é de extrema complexidade e traz diferentes interpretações, até por ser um termo muito utilizado pelo senso comum.

O lugar pode ser definido como uma porção do espaço, onde as relações sociais são colocadas como fundamentais para sua análise. Sendo assim, como aponta Doreen Massey (2005) o lugar tem um caráter elusivo, pois trabalha com escalas espaço-temporais diferenciadas, além de ser um mosaico de estórias.

A outra acepção de lugar diz respeito a sua compreensão enquanto expressão geográfica da singularidade, descentrada, universalista, objetiva, associada ao positivismo ou ao Marxismo. Trata-se na realidade de uma visão na qual o lugar é considerado tanto como produto de uma dinâmica que é única, ou seja, resultante de características históricas e culturais intrínsecas ao seu processo de formação, quanto como uma expressão da globalidade. (CARLOS apud LEITE, 1988, p.15)

Nesta afirmação Carlos citado por Leite confirma o que a autora já citada (MASSEY, 2005) aponta para o lugar como eventualidade, visto que o “aqui” e o “agora” são subjetivos. Assim, ele seria completamente não-fixo, assim como todo o mundo, que gira e está em completa modificação natural e antrópica, além de atender perspectivas completamente diferenciadas, pois, cada ser desenvolve um tipo de relação com o espaço e tem por apego (ou até mesmo aversão).

Então, o “aqui” é nada mais (e nada menos) do que o nosso encontro e o que é feito dele. É, irremediavelmente, aqui e agora. Não será o mesmo “aqui” quando não for mais agora (MASSEY, 2005) o que remete a efemeridade do lugar.

Já atendendo a perspectiva da Geografia Humanística, o lugar aparece como fruto de relações afetivas com o seu meio, ou ainda, como produto da experiência humana (LEITE, 1998). Seguindo as idéias de MILLEN (2007), "o que dá significado ao lugar são as relações que nele se estabelecem."

Esta bandeira é fortemente levantada por Tuan (1980), que além de colocar as relações íntimas com o meio, descreve o que ele chama de “topofilia”, do lugar como uma pausa no movimento a qual permite que uma localidade se torne um centro de reconhecido valor, estabelecendo assim relações de afinidade com o espaço.

“No entanto, essa relação de afetividade que os indivíduos desenvolvem com o lugar só ocorre em virtude de estes só se voltarem para ele, munidos de interesses pré-determinados, ou melhor, dotados de uma intencionalidade.” (LEITE, 1998). Assim, contrapondo toda não-fixidez do lugar levantada pela outra corrente da Geografia, esta humanística prega a volta, o apego, o espaço vivido, a intencionalidade de volta, afirmada pela autora.

Com as duas correntes pré-estabelecidas e esclarecidas, a pesquisa de campo e suas percepções não se prenderão a uma, mas sim as duas e suas diferentes perspectivas, para que a análise geral do termo e sua aplicabilidade sejam feitas.

### 3.2 Lugar na propriedade

Uma pesquisa participativa, ou de vivência, de certo é a melhor forma de se compreender as relações sociais com o espaço. Assim se fez a pesquisa que gerou este trabalho, que procurou além de identificar estes aspectos, montar reflexões a partir destas identificações.

Num primeiro momento, o grupo já se atinou para uma questão muito interessante relativa ao lugar: a cozinha da casa. O espaço da cozinha revelou um espaço de encontro, sendo o primeiro espaço onde os pesquisadores foram levados. Neste, é servido o café aos visitantes, acompanhado de comidas, além de conversas serem estabelecidas. O fogão de lenha onde é feito o café e boa parte das comidas locais, também é usado como fonte de calor (o que no contexto de climático de São Pedro ganha grande valor). Além disso, cuidados com o “ambiente cozinha” são revelados, como louças especiais para visitas, enfeites religiosos e outros enfeites colocados nas paredes. O espaço cozinha na propriedade e provavelmente na maioria das casas camponesas, tem um valor bem próximo as chamadas “salas de visitas” no contexto urbano.

Em segundo, outro fato se demonstrou relevante: o cuidado com o espaço de vivência. A casa tem boa parte pintada, têm jardins na parte frontal, os já citados enfeites (de todos os tipos, como quadros, enfeites religiosos, dentre outros), roupas de cama novas e bem lavadas. Esta percepção se enquadra bem com a relatada por Millen (2007), afirmando as relações íntimas com o lugar, assim como Tuan (1980) também elucida.

Nas palavras e relatos dos moradores da comunidade, o sentimento de topofilia foi claramente constatado. O patriarca da família vê na terra seu espaço de vivência e fonte de insumos que abastece sua família, tratando-a assim, com muito cuidado. Poucas idas a cidade e a negação à perspectiva da saída do campo, inclusive apontada pelo filho mais velho, chamam grande atenção. As terras da família foram apresentadas com grande prazer, sendo que aparentemente nenhuma informação foi negada. A diversidade produtiva é para eles um troféu e motivo de grande felicidade. A família ainda tem prazer em mostrar seus processos de modificação dos produtos colhidos, como o moinho, os balaios, o torrador de café, entre outros.

O lugar colocado por Massey (2000), o lugar apresenta algumas características de modernização, um tanto quanto globalizadas. Ótimos exemplos deste fato são a televisão e o microondas. Apesar destas constatações, o lugar ainda tem um caráter bem peculiar e cunhos próprios, bem diferentes dos comumente vistos nas cidades.

### 3.3 O Território

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para

aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. (HAESBAERT, 2001, p 6774)

O território pode ser definido como uma porção delimitada do espaço, onde as relações de poder são fundamentais para sua análise e interpretação. Souza (1995) aponta que o território é fundamentalmente um espaço definido por e a partir de relações de poder, e ainda acrescentando que tais espaços podem se dissipar, caracterizando os “territórios flutuantes”.

Raffestin (apud MILLEN, 2007) reforça que o território se apóia no espaço, mas não é o espaço, sendo uma produção a partir do espaço, e ainda como aponta Souza (1995), o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder.

Sack (1986) explanando sobre territorialidade a coloca como uma estratégia de controle de pessoas e coisas através do controle da área. Assim esta tem multidimensões, sobretudo espaciais, e tem ligação com diversos tipos de manifestações de poder. O mesmo autor ainda chama atenção para multidimensão temporal, pois, espaços iguais em tempos diferentes podem ter territorialidades também diferentes.

Segundo Mazzetto (2007), inspirado nas idéias de Bonnemaïson e Cambrézy, “o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser”. O mesmo autor chama atenção para o fator identidade, em diferentes escalas (de uma simples sala de estudos de uma determinada matéria por certo tempo, a até mesmo uma identidade planetária), como determinante na conceituação de território.

Assim como a conceituação de lugar, a de território e a respectiva territorialidade revelam diferentes abordagens e perspectivas, e a intenção do trabalho, novamente, é a de identificar aplicabilidades, independente da linha de pensamento ou referenciais teórico-metodológicos.

### **3.4 Território e territorialidade na propriedade**

Algumas considerações sobre a territorialidade encontrada na propriedade estudada são de extremo interesse, pois além de revelarem facetas dela, ainda nos remetem a algumas características provavelmente herdadas dos moradores mais primórdios, o que por sua vez remete a o já citado estudo etnográfico.

Primeiramente, um fato muito interessante: a família tem uma propriedade de grande extensão, onde moram mãe, tios, primos e irmão, do patriarca da família, e entre as propriedades de todos esses parentes não tem nenhum tipo de demarcação, como cercas. Cada um tem seu território pré-estabelecido e os demais respeitam este. A única cerca encontrada nas divisas é a de uma propriedade de um morador da região recém chegado (e o que chamou atenção, da cor da pele branca). Além disso, a propriedade toda não tem porteiras como entrada, fato revelador de uma territorialidade bem específica, que não necessita de demarcações para revelar o poder. A identidade territorial colocada por Mazzetto (2007), neste caso é a familiar, sendo que esta é ainda mais forte se considerada a herança quilombola.

O grupo constatou também, o processo de desterritorialização de algumas terras de moradores remanescentes quilombolas, que se faz com a compra de algumas terras, ou até mesmo o pagamento de dívidas adquiridas na cidade, na moeda de terras. Fica bem evidente, assim como Mazzetto (2007) coloca em seu artigo, a dualidade entre as territorialidades camponesas e o agronegócio. Os compradores das terras citadas vêm desenvolvendo o

agronegócio, demonstrando uma territorialidade totalmente diferente da constatada na propriedade, e que ainda desenvolvem uma agricultura que vem a agredir o meio ambiente.

### **3.5 A comunidade de São Pedro entre lugares e territórios**

Algumas considerações se fazem necessárias após algumas observações gerais na comunidade: num primeiro plano, a da divisão territorial entre São Pedro de Cima e São Pedro de Baixo, que tem como marco uma ponte na estrada. Prováveis “rinchas” entre as comunidades podem vir a ser identificadas e até mesmo alguma diferença nos modos de produção que seja de fácil identificação (até pela maior proximidade da São Pedro de Baixo ao município do Divino).

Em segundo, a escola como lugar de encontro da comunidade, que na falta de um centro comunitário ou de algum outro tipo de local adotou a escola como ponto de encontro (ressaltando ainda a vitória da possibilidade do ensino escolar na comunidade).

Em terceiro, a força da instituição Igreja Católica no território é bem clara no discurso dos moradores, que vêem muitas vezes os protestantes da Assembléia de Deus, chegados há menos tempo que os eclesiásticos, a figura de invasores, demonstrando um conflito territorial.

A titulação de Comunidade Remanescente dos Quilombos aparece como uma estratégia territorial, portanto uma territorialidade, como aponta Sack (1986). Porém apesar de vistas por muitos com bons olhos, pra outros não tem grandes significados. Seria assim, um início de um conflito ideológico espacial, referindo ao território habitado.

Por último, vale ressaltar novamente a questão da desterritorialização campesina, que tem perdido espaço para investidores, sobretudo do café. Estes investidores lançam mão de táticas e estratégias totalmente imorais e além de comprar terras, compram culturas, sonhos, terras cheias de histórias. Nota-se um movimento de êxodo rural, que preocupa inclusive os moradores, que se perguntam quem irá dar continuidade a produção por eles desenvolvida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O grupo de fato se impressionou com a relação que a família desenvolve com a terra: vê na terra seu espaço de subsistência, fonte de conhecimento e sabedoria, espaço de vivência. Com todos esses valores, e com os conhecimentos passados de geração em geração, a eles cabe trabalhar de forma diversa, forma que não maltrate o solo (já ele ainda os dará bons frutos), de forma que dê diferentes produtos para servir a família. São relações completamente diferentes das comumente vistas na cidade e nas grandes lavouras monocultoras, que desenvolvem o agronegócio. Já a estes, a terra é um simples intermédio da lucratividade, sendo um espaço de negócios, que pode ser facilmente trocado. Sendo assim a qualidade e manutenção do solo pouco importa, assim como a água, a fauna local e o que é influenciado com todos os venenos.

A expressão “família” para eles tem grande sentido. Vivem realmente juntos, trabalham juntos, almoçam e dormem no mesmo horário. O pai dá dicas aos filhos, encaradas como aprendizado. As crianças aprendem vivendo, comendo os frutos gostosos e refugando os não tão saborosos. A mãe assiste as filhas e as mudas crescerem, levando a eles o melhor que pode dar. As famílias vizinhas, também Pereira, tratam e são tratados com muito amor, sendo os alimentos trocados ou cedidos facilmente. Entre as propriedades não existem cercas, existem sim

compromissos, que são tratados com grande honradez. Isso pode ser sentido de maneira mais ampla quando pensamos na idéia de comunidade, como uma unidade comum, que também se aplica ao local, pensando que as trocas, os favores, entre outros são realizados (e idealizados) no âmbito de toda a comunidade.

Porto-Gonçalves (2006) ao afirmar a “agri-cultura” como a cultura do campo, coloca como a diversidade cultural pode se relacionar facilmente com a diversidade de produção-reprodução de espécies, visto que o domínio do processo produtivo é passado em forma de conhecimento (e porque não cultura) de geração em geração, configurando quadros de relação com o meio, de diversidade de sabores (e saberes) e de “segurança alimentar” (talvez não encontrados no contexto urbano). Vimos na prática que as idéias de Porto-Gonçalves (2006) se consolidam de fato. A herança dos antigos Quilombos é inevitável na produção e reprodução dessas populações: o espaço é bem dividido, o plantio com grande diversidade, a mesa com fartura e qualidade, a territorialidade diferenciada é explicitada nas relações familiares e na ausência das demarcações. A paz e liberdade de um povo moldaram relações homem-meio que são extremamente ricas e específicas.

Vale destacar, sobre a perspectiva agrária, as diversas “contra tendências”, observadas principalmente na família analisada, como por exemplo, a predominância do modo de produção familiar, da pequena propriedade, do uso da policultura entre outros. Por outro lado, apesar de não se tratar do caso estudado, há também quem siga o capitalismo de maneira mais evidente, usando da terra essencialmente para produção de lucro, cultivando em maiores áreas um mesmo produto (monocultura), como o café e o eucalipto.

## BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Paula C. **Comunidade São Pedro**: aspectos físicos e a problemática do mineroduto. Juiz de Fora: EDUFJF, 2007 (mimeo.).

CARNEIRO, Leonardo. **Requilombarse São Pedro dos Crioulos**: magia e religião em São Pedro de Cima. Mimeo, 2008.

FERREIRA, Conceição C., SIMÕES, Natércia N. **A evolução do pensamento geográfico**. Lisboa, Gradiva, 1986. 140 p.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização e Multiterritorialidade. Rio de Janeiro. In: **Anais do V Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR**, v. 3, 2001.

INCRA, Site da instituição. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em 04 de junho de 2008.

LEITE, Adriana Figueira. O lugar: duas acepções geográficas. In: **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**, p.9-20, v.21, 1998.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In : Arantes, O. (org.) **O espaço da diferença**. Campinas : Papirus. 2000

\_\_\_\_\_. **Pelo Espaço**: Uma nova política da espacialidade. 1.ed. Rio de Janeiro: editora Bertrand. 2005

MAZZETTO, Carlos E. Silva . Territorialidade Camponesa e agronegócio: o sentido e a sustentabilidade dos territórios rurais em questão. In: Amélia Cristina Alves Bezerra; Cláudio Ubiratan Gonçalves; Flávio Rodrigues do Nascimento; Tadeu Alencar Arrais. (Org.). **Itinerários Geográficos**. 1 ed. Niterói: Ed UFF, 2007, v. , p. 215-242.

MILLEN, M. . **Juventudes e Trabalho Informal**: Um estudo em Contextos Urbanos. 1/1. ed. Juiz de Fora: Feme Edições, 2007. v. 350. 158 p

PALMARES, Fundação. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br>>. Acesso em 04 de junho de 2008.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Agroecologia: Unindo Reforma Agrária e Conservação Ambiental. **Revista Brasileira de Agroecologia** Vol.2. Rio de Janeiro: UFF. 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RATTS, Alecsandro J. P. (Re) conhecer quilombos no território brasileiro: estudos e mobilizações. In: FONSECA, Maria Nazareth S. (Org.) **Brasil Afro-Brasileiro**, Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2000, pp. 307-326.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. 2º ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1996

SACK, R. 1986. **Human Territoriality** : its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press.

SOUZA, M. 1995. O território : sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In : Castro, I. et al. (orgs.) **Geografia** : Conceitos e Temas. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil.

STÉDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Atual, 1997. 71p

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.